

AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DO PROFESSOR EM TEMPOS DE PANDEMIA

Profa. Dra. FONTINELES, Isabel Cristina da Silva UESPI
Universidade Estadual do Piauí
ic.fontineles@hotmail.com

Ana Raquel Rodrigues Uchoa, UESPI
Universidade Estadual do Piauí
quell.uchoa@gmail.com

INTRODUÇÃO

O referido trabalho se propõe a lançar um olhar sobre as condições do trabalho dos professores, apontando os desafios e indicando possibilidades. Da mesma forma, identificamos como primordial a busca da emancipação humana visando o entendimento de que a melhoria da educação não ocorrerá sem a devida valorização do trabalho docente. É importante também para o estudo acadêmico, uma vez que, se faz necessário identificar e buscar compreender mais profundamente as mais variadas adequações sobre o tema, sejam elas nas escolas públicas ou privadas no contexto contemporâneo no qual estamos inseridos. O objetivo deste trabalho é refletir sobre as condições de trabalho dos professores durante a pandemia. Ainda terá alguns encaminhamentos quanto à metodologia utilizada para refletir sobre as discussões e compreensões dos autores citados neste artigo, a respeito das condições de trabalho dos professores, bem como expandi-lo para o debate com alunos de licenciaturas, professores do ensino superior, da educação infantil e toda comunidade.

Diante disso, a justificativa do referido trabalho é pela importância da pesquisa para a aluna pesquisadora e a professora orientadora, uma vez que a aluna em questão possui apressado pela área e busca estender eixo temático para o seu Trabalho de Conclusão de Curso. Assim também, houve a percepção de que é necessário tomar consciência de que as condições de trabalho dos professores são eventualmente exercidas função sobre as suas práticas na sala de aula, bem como a desvalorização da sua carreira e em termos salariais também, por isso, é de transcendência especificar esta discussão para o meio acadêmico, em especial para os alunos de licenciatura. Por este modo, de acordo com as análises prévias, constatamos que o ensino passado para os alunos não diz respeito somente aos conteúdos dados, mas, as condições de trabalho dos professores no qual esses estão sendo inseridos. A pertinência desta discussão se

dá pela necessidade pungente de se referenciar sobre a relevância do atual cenário pandêmico em que vivemos, no qual a educação sofre também suas consequências, então, diante deste cenário, como fica a educação? O que encontraremos mediante a reflexão das condições de trabalho do professor? Como o professor, sendo um mediador de conhecimentos e sujeito cultural, pode guiar os educandos com práticas educativas levando em consideração suas condições de trabalho? Estas são questões que norteiam este artigo e nos dão margens para reflexões cuja base se encontra na construção de um documento permanente e necessidade de recursos humanos e materiais para o bom desempenho e boa condição de trabalho dos professores.

AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFESSORES: OLHARES DIVERSOS

A realidade é que não é de hoje que os professores reivindicam maior formação e melhores condições de trabalho, além de melhores salários, por isso, questionamos: Como mudar esta realidade? É necessário fornecer aos professores novas possibilidades de acesso a novas técnicas de interação com os alunos; formas pedagógicas e didáticas, uma vez que, este apoio deve oferecer uma nova carreira, cujo perfil se estabelece em uma remuneração diferenciada, a partir da percepção das pessoas envolvidas estarem dispostas a avaliar o sistema de uma forma diferente para oferecer salários maiores. Dessa maneira, em termos salariais, a Dra. Professora Isabel Cristina da Silva Fontineles, em seu livro “Políticas de Financiamento do Ensino Fundamental (1996-2006): o Fundef e a Valorização do Magistério”, destaca o tema dizendo que a valorização do magistério está atrelada ao “prestígio profissional e reconhecimento social do trabalho dos professores, sendo o salário uma das dimensões mais importantes na referida valorização.” (FONTINELES, p. 99. 2016). Seguindo esta linha de pensamento, a realidade das condições de trabalho desses professores pode ser considerada como um caráter formador, educador, material e salarial. Por outro lado, há outra questão para ser discutida que é a imposição de baixos salários, associados a ritmos de produção intensificados e jornadas de trabalho prolongadas, que já conhecemos como motivo pela acentuada desorganização do movimento operário e sindical, imposta pela vigência, entre 1964 e 1985, da ditadura militar [...], esse é o cenário no qual, com a vitória do neoliberalismo no Brasil nos anos 1990, se desenvolve o processo de reestruturação produtiva (ANTUNES, 2015, p. 409). Então, as políticas educacionais do neoliberalismo são utilizadas para alienar o trabalho docente, reduzindo a autonomia e a liberdade do professor, tornando descentralizado os frutos do trabalho educativo em favor de interesse hegemônicos do capital privado. Essas questões

trazem enormes consequências para a produtividade do profissional da educação. Como por exemplo, a flexibilização, a informalidade e a profunda precarização das condições de trabalho para a vida da classe trabalhadora docente.

Outrossim destaca-se que no início de 2020 a sociedade se deparou com uma realidade pandêmica que assolou todo o mundo e com isso a crise econômica, política e social aumentou. No entanto, a educação foi uma das áreas que mais sofreu com esta situação. Os professores se encontraram em um ambiente totalmente virtual, atividades e ensino remoto. Com isso, destaca-se que a formação EAD (Educação à Distância) para os educadores, é de suma importância para a mediação por meio dos recursos tecnológicos, principalmente porque o ensino EAD requer ainda mais demandas, e quando citamos o ensino infantil quase que triplica os cuidados do ato de educar, por isso que a formação do professor que agora passa a ser também EAD deve incluir o desenvolvimento de aspectos técnicos e comportamentais, logo que, ministrar aulas online não é a tarefa mais fácil de se realizar. Por este motivo, no momento em que as tecnologias deveriam ser uma aliada pedagógica para o trabalho do professor, estão sendo usadas para controle do trabalho dele, fazendo com que haja um aumento da precarização do trabalho docente. Cansaço físico, stress, dores de cabeça, dores nas pernas, problemas gástricos, problemas na voz e psicopatologias como depressão e problemas de insônia são patologias preocupantes e podem ser levadas em conta como um importante indicador de precarização do trabalho nas escolas públicas (BERNARDES, 2015, p. 39).

Uma importante discussão para este estudo é o impacto do Fundeb na remuneração dos profissionais da educação básica do Piauí, a professora Samara de Oliveira Silva, introduziu seu artigo dizendo que a carreira docente se associa à construção de uma política global de formação e valorização dos profissionais da educação e às condições para a qualificação da educação pública no Brasil. Aborda ela:

Contudo, não existem soluções fáceis para os problemas da educação e da formação dos professores no atual contexto da política educacional brasileira. A valorização dos professores e dos demais profissionais da educação só pode ocorrer mediante um conjunto de medidas articuladas voltadas para a estruturação da carreira, a qualificação profissional e a melhoria salarial. (SILVA 2011).

Analisando a fala da autora acima, mediante um conjunto de medidas que ao olhar dela devem ser articuladas para uma estruturação de carreira qualificada, podemos entrar na questão da jornada de trabalho dos professores, que por vezes precisam trabalhar em duas escolas para poder ter uma remuneração de qualidade. São tantos os desafios aqui citados pelos professores

que não chegam ao ¼ do que cada um enfrenta na realidade. Por isso, segundo Isabel Fontineles, em seu artigo sobre as condições de trabalho dos professores no Piauí, declara a autora: “Para melhorar a qualidade da educação, conformeregistra o Relatório da UNESCO, da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI, é preciso, antes de mais nada, melhorar o recrutamento, a formação, o estatuto social e as condições de trabalho dos professores” (Fontineles, 2012). Por isso que, a natureza da carga de trabalho do professor é pesada, e quando há a ausência de prioridades das suas condições de trabalho, essas cargas se tornam ainda mais densas.

Muito se escreveu sobre as estratégias da classe política no seu entorno para mudarem as políticas públicas. Apesar de este não ser exatamente o caso, pode-se dizer que a forma como o MEC fez a substituição do FUNDEF pelo FUNDEB foi um tanto quanto “estratégica”. Para entendimento da discussão, o Fundeb, criado pela Emenda Constitucional nº 53 de 2006 e regulamentado pela Lei Nº 11.494 de junho de 2007, tinha sua vigência assegurada até 31/12/2020. A luta para que se tornasse um fundo permanentefoi iniciada em 2015. A partir disso, foram criadas sucessivas manobras que tentaram descaracterizar o Fundeb, como usar recursos para Assistência Social, vouchers, educação domiciliar. De acordo com o FNDE (Fundo de Desenvolvimento da Educação), o fundo é especial e se destina as ações de manutenção e desenvolvimento da Educação Básica pública, levando em consideração as suas prioridades. Os seus recursos são distribuídos de forma automática e a sua distribuição é feita com base nos números de alunos de cada escola da educação básica pública.

Trazendo as discussões do ano de 2020 geradas em torno do Fundeb, mediante toda a luta deste mesmo ano, tendo o êxito de torná-lo permanente no ano de 2021, dúvidas foram geradas quanto à sua exclusão, que caso cessasse, as creches e pré-escolas poderiam fechar, isso porque os recursos eram advindos diretamente do Fundeb. De acordo com o site do SINESP (Sindicato dos Especialistas do Ensino Público Municipal de São Paulo), o Fundeb permanente foi aprovado por unanimidade no senado e ele (SINESP) esteve em todos os momentos de luta, assim como, todos os profissionais da educação, aborda o site “Um dos alvos dos ataques de oposição ao FUNDEB foi o CAQ (Custo Aluno Qualidade), mecanismo de padrão de qualidade que permitirá que estudantes, famílias e educadores cobrem do poder público as condições adequadas de oferta do ensino”, por isso que esse Fundo é tão importante para o plano de carreira, remuneração dos professores e para a educação infantil, pois quando lutamos pelo Fundeb estamos lutando por uma educação pública melhor. Então, os termos aqui presentes

devem ser compreendidos como dialeticamente interligados, logo porque estes passos são direitos previsto em Lei, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), no Art. 4º:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: IX – padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

Ademais, entendemos a necessidade de uma pressão social, não somente por parte da classe trabalhadora, tal qual está nas escolas públicas, mas, de toda comunidade, lutando por qualidade de ensino aliada à quantidade de alunos nas instituições, sendo integrados de forma global.

A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES: EM FAVOR DE MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO

Não há como falar das condições de trabalho dos professores e não discutir a importância de uma prática e formação docente. Dessa forma, Adelaide Jóia cita o seguinte: “Há uma necessidade urgente no que se refere à formação inicial e continuada do professor” (Joia, 2000). Redirecionando as palavras dela, o currículo das universidades se limita somente ao “porque” ensinar, deixando de lado e estudando pouco o “para que” e “como ensinar”. De fato, identificamos que no momento pandêmico em que estamos inseridos, a maior parte dos pedagogos tem dificuldades em dar a criança outro ambiente de ensino que não seja a própria sala de aula, com inúmeras atividades de escrita e leitura, bem como trabalhar as diversidades dentro desse contexto. De certa forma, existe um receio de começar algo que esteja fora dos padrões, pelo fato de que não há, ainda, uma formação voltada para as aulas virtuais, como por exemplo, trazer para as brincadeiras atividades vistas dentro da sala de aula, dando ao aluno diversas possibilidades de aprender fora do ambiente tradicional. De acordo com Bastos (2017), a formação do professor precisa estar diretamente vinculada à sua área de atuação para que diante disso ele venha a desenvolver suas práticas necessárias para um ensino de qualidade. A capacitação do professor precisa ser contínua, é necessário estar diretamente relacionada à formação inicial para que nesse ponto, o profissional da educação perceba a importância de sempre buscar novas formas de se trabalhar, uma vez que a realidade encontrada nas escolas, em partes, não condiz com o que se estuda nos quatro anos de graduação, por isso é inegável a união da teoria com a prática. Desse modo, a formação continuada é a base para que o professor não se torne engessado, mas aberto às novas propostas de um currículo escolar, tendo assim condições de trabalho dignos à sua titulação.

E nessa perspectiva de analisar a formação dos professores e seus valores relacionando-as com as condições de trabalho qualificadas, entende-se que há uma união com os saberes que ganham espaços e dão um salto muito importante na busca de se identificar e de buscar conhecimentos empíricos, cujo olhar torna o professor um dos condutores da aprendizagem dos alunos.

Ainda sobre a trajetória, Bastos (2017), ressalta que a formação deste educador fornecerá a ele maiores rendimentos, e que a consequência disto terá melhores resultados no que diz respeito a resposta ao sistema educacional. Diante deste fato, há uma grande necessidade da compreensão pedagógica, visto que este educador é considerado por todos da sociedade um articulador de saberes profissionais, que possibilita a construção e reconstrução de seus conhecimentos oriundos de uma formação continuada. É importante ressaltar que o professor não é o culpado pelas mazelas deixadas pelo Governo e que se os resultados esperados não vingar, ele também não é o responsável, mas é vítima de uma descentralização quando falamos de valorização desses profissionais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional assegura em seu artigo 61, I, II e III que todos os professores devem ter a formação para a educação básica e ainda vai mais a fundo dizendo que esses educadores precisam ter formação específica em nível superior. O fato é que ainda hoje, alguns profissionais da educação se sentem reprimidos a seguir com sua formação continuada, pelo fato de se sentirem impotentes por ter sua jornada de trabalho 40/60hr aulas por dia e não conseguem dar conta de tudo isso e sobretudo às mulheres que precisam atender às suas prioridades pessoais, como o elemento familiar, por exemplo. E assim, acabam tornando seus métodos de ensino ultrapassados, transformando sua aula num sentimento de descontentamento, resultando em práticas pedagógicas tradicionais que os impedem de buscar aquilo que é de suma importância para si e para a educação: a formação continuada.

Ter somente uma formação no ensino superior não assegura para estes profissionais que eles estão preparados para lecionar na educação básica. Se por um lado, o currículo é uma atividade dinâmica e se articula de acordo com as necessidades locais,

o professor por sua vez, deve, portanto, tornar sua metodologia e didática diversa e modificá-la mediante a necessidade de seus alunos, da sua sala de aula em questão.

Outra questão a ser analisada, é sobre o salário do professor que por anos tem se tornado o profissional menos valorizado e com pouco reconhecimento social. Um fator agravante é quando perguntados o que fazem e respondem com: “dou aula”, isso para muitos soa como um

ato de doação, o que não é real. A visão de sua valorização não poder ser jamais entendida de forma unilateral, ou seja, responsabilidade apenas do Governo, Secretaria de Educação ou ao MEC. É preciso que a sua valorização seja interna, afirmar que o seu papel é fundamental. A sociedade, portanto, precisa se distanciar do pensamento antigo sobre o educador. As tarefas precisam estar equilibradas, para que a sua profissão não se torne algo estressante, sem valor e prazer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta feita, as condições de trabalho dos professores é uma proposta de discussão para a educação que busca construir um sistema educacional homogêneo para todos do país. Esperamos, portanto, que, a escola como lugar de fala, contribua para que mesmo dentro de um contexto aparentemente "singular", a realidade possa estar voltada para a valorização das condições desses profissionais, proporcionando para a própria escola, novas habilidades, mecanismos e práticas pedagógicas essenciais para os alunos.

Verificamos que, o desafio de reformular as práticas docentes, bem como estender sua discussão para uma remuneração de qualidade, faz com que apareça um sistema mais inclusivo para todos, nos referindo à formação dos professores.

Considerando o atual cenário da implantação do Fundeb permanente, se pensa a partir de então, como ficará organizada a educação escolar no Brasil. Há inúmeras pesquisas e estudos na área, que dentro deste cenário se estabelece como fator primordial questões curriculares básicas, no qual se encaixa a formação superior e formação continuada do professor. Em contrapartida ao que define o Fundeb, um de seus objetivos é a valorização do profissional da educação, ou seja, os ideários frequentes neste debate levam todas as considerações às próprias condições de trabalho dos professores.

Ademais, é nesta perspectiva de resistir contra o engessamento do professor e de suas concepções de possibilidades limitadas em se tratando de práticas pedagógicas no qual reafirmamos, que o professor precisa ser valorizado por todos da sociedade e pelos poderes maiores. E sua formação continuada tem de ser algo desejado com prazer e como jugo suave, afim de que haja uma compreensão do currículo como território diversificado e que a educação escolar deva produzir conhecimentos para a convivência harmônica e construtiva em espaços socioeducativos diversos.

Mesmo que as soluções dos problemas relacionados à educação no país nunca estarão reservadas ao bom trabalho pedagógico do professor, tido muitas vezes como o salvador de outros setores sociais como a economia, o que é um grande erro, a constante busca do docente por melhorias em sua forma de trabalho contribui para a condução de mais alunos a aprendizagens significativas, além de promover a inclusão dentro da sua sala de aula. Ademais, mesmo que se queira implantar formas de melhorar o ensino brasileiro, este, estará subjugada ao professor, uma vez que ele estando na linha de frente do processo de ensino e aprendizagem, buscará a melhor maneira de mediação entre os conteúdos historicamente acumulados e os alunos, para que estes possam construir o seu próprio conhecimento.

Esperamos que ao final da leitura deste artigo, as questões e os objetivos sobre o Fundeb e as condições de trabalho dos professores sejam respondidas de forma que gere um engajamento positivo tanto para a pesquisadora e orientadora, quanto para os envolvidos no projeto. Além disso espera-se que esse trabalho chegue à compreensão dos professores da educação básica. Que eles entendam o processo e sejam protagonistas do entendimento e luta das condições de seu próprio trabalho. Entretanto, consideramos alcançar e identificar os percalços aqui relatados para o desenvolvimento do trabalho, cujo meio nos permitiu compreender e entender que, por mais que um dos principais objetivos do Fundeb seja a valorização do magistério, condição importante para a melhoria da qualidade do ensino, as políticas que devem ser desenvolvidas precisam ser suficientes para a referida valorização, significa que estas políticas perpassam por salários dignos, e expressa boas condições de trabalho.

Precisamos dar o apoio necessário aos professores, oferecendo a eles a possibilidade de uma nova carreira, para que o sistema educacional funcione em prol de melhores condições de trabalho deles. Por isso, para que haja melhoria na educação, é necessário em todos os casos mais recursos, pois, devemos nos questionar de onde eles vem, no qual transcorre tanto para o funcionamento da educação, quanto para a remuneração dos professores, e para que isso aconteça, é necessário desinchar a estrutura e combater a corrupção.

Diante de tudo o que já foi discutido, queremos explicar que o trabalho ainda está em andamento, por este modo, as perguntas norteadoras deste artigo ainda não foram respondidas completamente, então, analisamos que suas respostas serão vistas quando nos depararmos com uma pesquisa de campo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9.394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 30 mar. 2021.

_____. Decreto nº 6.253/2007. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB regulamenta a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2007a. Acesso em: 03 abr. 2021.

ANTUNES, Ricardo; PRAUN, Luci. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. In: Serviço social & Sociedade. São Paulo, nº123, jul/set, 2015, p.407-427.

BASTOS, Manoel de Jesus. A Formação de Professores para a Educação Básica. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 02, Ed. 01, Vol. 14, pp. 82-97 Janeiro de 2017 ISSN: 2448-0959.

BERNARDES, Adilson Toledo. Hegemonia neoliberal, precarização do trabalho docente no ensino público do Estado de São Paulo e adoecimento – uma análise a partir de Ourinhos –SP. In: Revista Pegada – vol. 16, n. especial 29 maio/2015.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 120, p. 715-726, jul.-set. 2012.

FONTINELES, Isabel Cristina da Silva. Políticas de financiamento do ensino fundamental (1996-2006): o FUNDEF e a valorização do magistério. Teresina: EDUFPI, 2016. 251 p.

_____. O Fundef e as condições de trabalho dos professores no Piauí: Múltiplos Olhares: Revista Educação e Políticas em Debate - v. 1, n. 1, - jan./jul. 2012. 251-223 p.

JÓIA, Adelaide. Educação Infantil em Caieiras: um estudo sobre as concepções e práticas de atendimento às crianças pequenas presentes em creches municipais. 2000. 145f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade. São Paulo.

PORTAL DO FNDE. Sobre o Fundeb. Disponível em:

<https://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/sobre-o-plano-ou-programa/sobre-o-fundeb>. Acesso em: 27 março 2021.

SILVA, Samara de Oliveira. O IMPACTO DO FUNDEF/FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE ESTADUAL DO PIAUÍ. Online. p 12, 2011.

SINESP. Fundeb permanente é aprovado por unanimidade. O Sinesp esteve presente em todos os momentos de luta. Disponível em: <https://www.sinesp.org.br/noticias/aconteceu-no-sinesp/10298-fundeb-permanente-e-aprovado-por-unanimidade-no-senado-o-sinesp-esteve-em-todos-momentos-da-luta> acesso em: 03. Marc. 2021.